

BREVE CATECISMO DE WESTMINSTER

Pergunta 69: Que proíbe o sexto mandamento?

Resposta: O sexto mandamento proíbe tirar a nossa própria vida, ou a de nosso próximo, injustamente, e tudo aquilo que para isso concorra.

Gênesis 4.1-16 relata o primeiro assassinato: Caim matou o seu irmão Abel. O pecado de Caim começou com uma simples desobediência: ele queria fazer as coisas do seu jeito: “... *Caim trouxe do fruto da terra uma oferta ao Senhor. E Abel também trouxe dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura; e atentou o Senhor para Abel e para a sua oferta. Mas para Caim e para a sua oferta não atentou.*” (Gn 4.3-5a)

A rejeição da oferta de Caim é uma questão muito mais profunda do que uma preferência de Deus em relação aos tipos de ofertas apresentadas. A essência da recusa está na compreensão do caráter dos ofertantes. O escritor da epístola ao Hebreus fala que Abel agiu pela fé (Hb 11.4). A inferência é que Caim não foi motivado pela fé.

A reação de Caim à recusa de sua oferta é significativa: ao invés de se humilhar, ele se irou contra ao Senhor. Ao invés de controlar o seu desejo pecaminoso, ele deixou extravasá-lo: “*E irou-se Caim fortemente, e descaiu-lhe o semblante. E o Senhor disse a Caim: Por que te iraste? E por que descaiu o teu semblante? Se bem fizeres, não é certo que serás aceito? E se não fizeres bem, o pecado jaz à porta, e sobre ti será o seu desejo, mas sobre ele debes dominar. E falou Caim com o seu irmão Abel; e sucedeu que, estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel, e o matou.*” (Gn 4.5b-8)

O registro desse assassinato serve para nos instruir quanto ao perigo do descumprimento do sexto mandamento. Deus valoriza sobremaneira a vida humana e condena todas as ações que vão contra a existência das pessoas criadas à sua imagem e semelhança.

Vimos na pergunta anterior que esse é o fundamento bíblico para a proibição ao assassinato: que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26).

Sendo assim, considerando que o sexto mandamento declara de forma sucinta o pecado de atentar contra a vida de alguém, fica excluída a possibilidade da aplicação da pena de morte na teologia cristã?

O assunto não é simples, porém analisemos a questão à luz de considerações bíblicas;

- a) no Antigo Testamento, Deus instituiu a pena de morte para os que davam pouco valor à vida e a tiravam de seu semelhante. Por isso, o Senhor exigiu que a vida humana fosse respeitada: “*Quem derramar o sangue do homem, pelo homem o seu sangue será derramado; porque Deus fez o homem conforme a sua imagem.*” (Gn 9.6)

- b) “não matar”, no sexto mandamento, significa “não assassinar”. A proibição do mandamento é contra o assassinato por indivíduos, não pelo Estado, que deve agir exatamente no sentido de evitar a sua quebra por indivíduos e, caso isso aconteça, punir a sua desobediência. Dessa maneira, não somos favoráveis que justiceiros ou grupos de extermínio tirem a vida de alguém para fazerem justiça. Mas, ao Estado cabe essa atribuição para que a punição desencoraje a violência e a criminalidade.
- c) a prova de que a justiça não deve ser realizada pelas próprias mãos é que Deus instituiu as cidades de refúgio no Antigo Testamento para abrigar pessoas que haviam tirado a vida de alguém e os parentes ou os amigos se vingassem da morte antes do julgamento dentro do devido processo legal: *“Fazei com que vos estejam à mão cidades que vos sirvam de cidades de refúgio, para que ali se acolha o homicida que ferir a alguma alma por engano. E estas cidades vos serão por refúgio do vingador do sangue; para que o homicida não morra, até que seja apresentado à congregação para julgamento.”* (Nm 35.11, 12)

Entendemos que a pena de morte não foi substituída, suspensa ou contraditada pela graça de Jesus no Evangelho, pois Cristo declarou que veio cumprir a lei e não abrogá-la (anulá-la) (Mt 5.17).

A grande objeção que se levanta é que um julgamento mal conduzido poderá resultar na aplicação da pena de morte em alguém inocente. De fato, essa é uma realidade. No entanto, a desobediência à lei moral de Deus, representada no sexto mandamento, tem levado à morte muitos inocentes que são assassinados de forma banal por quem não respeita a vida e não é punido por isso.

Que fique claro: a aplicação da pena capital é uma prerrogativa do Estado, do poder constituído, e não pertence a indivíduos ou grupos.

Conclusão

Concluimos com as palavras do Presb. Solano Portela:

“A defesa da pena de morte aplicada contra assassinatos, baseada nos princípios de Gn 9.6, é uma atitude coerente com o horror à violência demonstrada pela Palavra de Deus. A Bíblia é contra a impunidade que reina em nossos dias, contra o desrespeito à vida e contra à violência. Essa violência, que é fruto do pecado, é uma prova irrefutável da necessidade de regeneração do homem sem Deus e não pode ser combatida, com a mesma violência, por indivíduos ou grupos paramilitares, mas é responsabilidade do governo constituído. A Bíblia é pela lei e pela ordem, pelo respeito à propriedade e à vida, pelo tratamento da violência dentro dos parâmetros legais do governo.”¹

¹ PORTELA, Solano. *A Lei de Deus Hoje*. Ed. Os Puritanos, 2000, p. 120.